

## **A possibilidade de adoção por casais homossexuais à luz do ordenamento jurídico em vigor**

**Luziane Aparecida Dias Alves SOUZA**<sup>1</sup>, luziane\_hot@hotmail.com; **Francisco Carvalho CORREA**<sup>2</sup>, fcarvalhocorrea@yahoo.com.br

1. Bacharel em Direito, especialista em Direito Público e Privado pela Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé (MG); funcionária da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).
2. Especialista em Direito Civil e Direito processual Civil pela Universidade Veiga de Almeida(UVA), Rio de Janeiro (RJ); professor da FAMINAS, Muriaé (MG).

**RESUMO:** A presente pesquisa retrata a questão da possibilidade de adoção por casais homossexuais à luz do ordenamento jurídico em vigor. Deu-se especial enfoque aos reflexos das uniões homossexuais no direito de família e aos avanços existentes no cenário jurídico no que tange à concessão de adoções por pares homossexuais, apontando as dificuldades psicossociais identificadas no processo de adoção e o desenvolvimento das crianças criadas por pares homoafetivos.

**Palavras-chave:** adoção, ordenamento jurídico, casais homossexuais.

**ABSTRACT:** The possibility of adoption by homosexual couples through the light of the legal system in force. This research portrays the issue of the adoption possibility by homosexual couples through the light of the legal system in force. Special focus was given to the consequences of homosexual unions in family law and to advances in existing legal

scenario regarding to the granting of adoptions by homosexual couples, pointing out the difficulties identified in the psychosocial process of adoption and development of children raised by homosexual couples.

**Keywords:** adoption, legal planning, homosexual couples.

**RESUMEN: La posibilidad de adopción por parte de parejas homosexuales a través de la luz del ordenamiento jurídico vigente.** Esta investigación representa el tema de la posibilidad de adopción por parte de parejas homosexuales a través de la luz del ordenamiento jurídico vigente. Se prestó especial atención a las consecuencias de las uniones homosexuales en el derecho de familia y de los avances en la situación jurídica existente con respecto a la concesión de las adopciones por parte de parejas homosexuales, señalando las dificultades que han surgido en el proceso psicosocial de la adopción y el desarrollo de los niños criados por parejas homosexuales.

**Palabras clave:** adopción, planificación legal, parejas homosexuales.

## Introdução

Não se pode ficar alheio ao fato de que casais do mesmo sexo têm travado, há tempos, uma densa luta pelo reconhecimento de seus direitos. Essa questão, a bem da verdade, vem sendo discutida em todas as partes do mundo, em virtude da evolução de sua aceitação pela sociedade. Maior respeito é visível também nas atitudes do Judiciário, que recentemente tem reconhecido relacionamentos homossexuais como uniões estáveis. Partindo do pressuposto de que o Estado garante os princípios da igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana, não mais é permitido, hoje, sentenças nas quais não se reconhece uma união estável homossexual por motivo de crenças ideológicas ou religiosas.

Foi objeto de estudo na presente pesquisa, num primeiro momento, a visão histórica dos relacionamentos homossexuais, o reconhecimento de direitos

às uniões homossexuais no Direito Comparado e a caracterização das uniões homossexuais como “entidade” familiar na atualidade. Num segundo momento, foram considerados os reflexos das uniões homossexuais no direito de família, as uniões homossexuais como travessia para uma nova forma familiar, e realidade das famílias compostas por pares homossexuais. Finalizando, foi abordada a possibilidade de adoção por casais homossexuais, as dificuldades psicossociais identificadas no processo de adoção e os reflexos desse relacionamento homossexual no desenvolvimento das crianças criadas por casais do mesmo sexo.

O Direito busca princípios que tutelam a livre manifestação sexual; sua proteção é destacada pelo texto Constitucional em vários pontos. Mas, o fato é que a omissão do legislador constitucional, ao tratar sobre a família no art. 226 e desdobramentos, não proíbe as relações homoafetivas, e muito menos significa dizer que a entidade familiar homoafetiva encontra-se despida de tutela jurídica. É necessário que se olhe para essas uniões não com o preconceito de ranços ideológicos e religiosos, mas sim com a clareza de que todos os cidadãos brasileiros merecem para tratar do assunto.

## **I – Relacionamento homossexual: visão histórica**

Etimologicamente, a palavra homossexual é formada pelos vocábulos *homo* e *sexu*. Na lição de Maschio (2002), “*Homo*, do grego *hómos*, significa semelhante, e sexual, do latim *sexu*, que é relativo ou pertencente ao sexo. Refere-se à preferência de praticar sexo com pessoa do mesmo gênero – homem com homem ou mulher com mulher”.

De acordo com a história dos povos, o homossexualismo sempre existiu. Segundo Maschio (2002), “várias civilizações antigas cultivaram a prática homossexual: romanos, egípcios, gregos e assírios”.

Segundo Jadson Dias Correia (*apud* Maschio, 2002),

Foi na Grécia que o homossexualismo tomou maior feição, “pois além de representar aspectos religiosos e militares, os gregos também atribuíam à homossexualidade características como a intelectualidade, estética corporal e ética comportamental, sendo, por muitos, considerada mais nobre do que o relacionamento heterossexual”.

Maria Berenice Dias (*apud* Maschio, 2002), também revela que “na Grécia antiga o homossexualismo estava intimamente ligado ao

militarismo, porque se tinha a crença de que, por meio do esperma, se transmitiam heroísmo e nobreza”.

Muito embora o modelo ideal de família venha sendo considerado aquele constituído entre um homem e uma mulher, sociólogos e estudiosos vêm demonstrando, sistematicamente, que as noções de casamento e amor também vêm mudando ao longo da história.

Apesar da elevação dos preceitos religiosos ter feito o homossexualismo passar a ser considerado uma perversão da raça humana, mesmo assim era praticado veladamente. Grandes nomes das artes, da música, da ciência, da literatura na Idade Média estiveram ligados ao homossexualismo.

Os relacionamentos vêm, assim, assumindo contornos e formas de manifestação bem diferentes daquelas tradicionalmente consagrada e, segundo afirmado por Delma Silveira Ibbas (*apud* IDEF, 2008, p.74): “Atenta-se para o fato de que as uniões homossexuais e, por conseguinte, seus desfazimentos, são uma realidade cada vez mais presente em nosso cotidiano e delas irradiam-se uma gama enorme de direitos e obrigações [...]”.

## **1.1 – As uniões homossexuais e o Direito Comparado**

José Carlos Teixeira Giorgis (*apud* IDEF, 2008, p. 127) considera que

A questão dos direitos dos casais do mesmo sexo tem sido debatida no mundo, e o argumento básico, em favor do tratamento igualitário, é no sentido de que as uniões homoeróticas devem ter os mesmos direitos que outros casais, ao demonstrar um compromisso público para com o outro, em desfrutar uma vida de família, a qual pode ou não incluir crianças, o que exige isonomia legal.

Verifica-se, pois, que um movimento de transformação permanente coloca homens e mulheres em situações bem diversificadas quando se trata de trocas afetivas e opções sexuais, fazendo surgir, no direito, polêmicas discussões, sendo de interesse, no presente estudo, apenas a questão da possibilidade jurídica de adoção por pares homossexuais.

Entre países que mostram uma visão restritiva em relação ao reconhecimento de vida familiar entre homossexuais encontra-se a Convenção Européia, salvo algumas exceções como a Grã-Bretanha, Inglaterra entre outros países.

No Canadá, a discriminação viola a garantia constitucional da igualdade. Por seu turno, nos Estados Unidos, de acordo com José Carlos Teixeira Giorgis (*apud* IDEF, 2008, p. 129):

Embora o Congresso tenha aprovado a Lei de Defesa do Casamento (*Defense of marriage Act*, 1997) pela qual os Estados Unidos não precisam reconhecer o registro de casamentos homossexuais de outros estados, [...] concedem asilo político a homossexuais, desde que comprovada a perseguição, além de atribuir indenização por abuso sexual entre pessoas do mesmo sexo.

A França, pode-se afirmar, foi a primeira nação católica a reconhecer legalmente a união homossexual, e assim o fez, de acordo com José Carlos Teixeira Giorgis (*apud*. IDEF, 2008, p. 129), “ao aprovar um Pacto Civil de Solidariedade entre pessoas do mesmo sexo, garantindo direito à imigração, à sucessão e declaração de renda conjunta, excetuada a adoção (1998)”.

Por consequência, no âmbito da ordem jurídica, vem sendo reconhecida como entidade familiar não só aquela união formada por pessoas de sexos diferentes. No plano dos fatos, as famílias homossexuais têm se proliferado, juntamente com elas, os mais diversos anseios no cenário jurídico vão sendo conquistados.

## **1.2 – As uniões homossexuais como “entidade” familiar**

O amor e a convivência homossexual são realidades que não podem mais ficar à margem da tutela jurídica, mostrando-se como entidade familiar reconhecida pelo Estado. Assim, se de um lado é reconhecido o casamento como contrato bilateral e solene, pelo qual homem e mulher se unem, outra sorte não poderia merecer a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, que também é reconhecida, para efeitos da proteção do Estado.

Diante dessa realidade, não menos verdade é que a mesma Constituição Federal consagra a igualdade de todos, vedando qualquer tipo de discriminação, inclusive a discriminação em razão de opção sexual.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, assim prevê:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Apontado como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, a dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal de 1988 exalta a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (art. 5º, *caput*), incluindo, aqui, a vedação de distinção em relação ao sexo ou opção ligada a este.

Também o inciso IV do art. 3º da Constituição Federal estabelece como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil consiste ser a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Na lição de Maschio (2002), “em que pese a falta de tutela jurisdicional, o homossexualismo avança. Os fatos da vida se antecipam ao direito, e o Poder Judiciário não pode se negar a solucioná-los”.

Assim, não se pode negar a caracterização das uniões homossexuais como “entidade” familiar na atualidade, não só no âmbito social como também no cenário jurídico.

## **II – Reflexos das uniões homossexuais no Direito de Família**

Diante da impossibilidade de se negar a existência de pares homossexuais como “entidade” familiar na sociedade atual, afirma Delma Silveira Ibias (*apud* IDEF, 2008, p. 81) que o “primeiro passo evolutivo é este contato com a realidade: existem pessoas que formam pares diferenciados, envolvem-se afetivamente, cuidam-se mutuamente, fazem planos conjuntos [...]”.

São inegáveis as modificações profundas no âmbito familiar, mas, ao mesmo tempo, a família não poderá nunca deixar de ser vista, nas palavras de Delma Silveira Ibias (*apud* IDEF, 2008, p. 82), como “um organismo ético, influenciado marcadamente pela religião, pela moral e pelos costumes”. O fato é que novos horizontes se abrem ampliando a concepção das relações familiares. Ciente dessa realidade, Ibias (*apud* IDEF, 2008, p. 84), considera: “Têm relevância jurídica as uniões estáveis de natureza homossexual”.

Verifica-se, pois, que a orientação sexual trata-se de direito personalíssimo da pessoa humana. Mas, diversos sujeitos são vítimas de preconceito, colocados à margem do sistema jurídico, inseridos no elenco daqueles que não portam convites ao ingresso das titularidades de direitos e obrigações.

Sem dúvida, a busca dos direitos aos pares homossexuais ainda é tímida, mas o judiciário tem se manifestado, mesmo que com reservas, deferindo certos direitos e benefícios.

De acordo com Delma Silveira Ibias (*apud* IDEF, 2008, p. 86),

O Projeto de Lei 1.151/95, de autoria da então Deputada Federal Marta Suplicy, visando regular as relações entre pessoas do mesmo sexo, embasado na legislação de outros países, afirma que: visou regulamentar através do direito uma situação que há muito existe de fato.

Entre os direitos reivindicados pelos casais homossexuais relacionam-se, primordialmente, o direito à partilha de bens, o direito sucessório por ocasião de morte de um dos companheiros, a questão da dependência previdenciária e a adoção, este último, tema da presente pesquisa.

A busca por respaldo jurídico em relação à adoção por pares homossexuais é um assunto extremamente polêmico, que gera discussões de diversas ordens, não só na sociedade como também no meio jurídico e interdisciplinar.

## **2.1 – União homossexuais como travessia para uma nova forma de família**

De fato, não se pode negar a caracterização das uniões homossexuais como “entidade” familiar na atualidade. Em decorrência disso, têm-se no cenário atual decisões judiciais que acabam por arrebatando consequências jurídicas das relações entre pessoas do mesmo sexo.

Frente a essa realidade, Maschio (2002) destaca que

em consequência de decisão judicial, na Ação Civil Pública nº 2000.71.00.009347-0, que o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS baixou a Instrução Normativa no 20/2000, regulamentando os benefícios previdenciários para companheiros homossexuais. Verifica-se que, o próprio Estado, através de seu órgão de seguridade social, reconhece a união homossexual como união estável, a ponto de conferir pensão por morte, a companheiro/companheira homossexual.

Comprovada a existência de um relacionamento em que haja vida em comum, coabitação e laços afetivos, está-se à frente de uma entidade

familiar, e o só fato de os conviventes serem do mesmo sexo não permite que lhe sejam negados os direitos assegurados aos heterossexuais.

Atualmente, o aumento no número de divórcios, filhos criados pelo pai ou pela mãe, filhos criados em famílias reconstituídas por novos casamentos deflagram que não existe razão para rejeição dos novos arranjos familiares cada vez mais frequentes na sociedade.

Tal fato se mostra como uma verdade, pois, de acordo com Giorgis (*apud* IDEF, 2008, p. 139), “a família não suporta mais a estreita concepção de núcleo formado por pais e filhos, já que os laços biológicos, a heterossexualidade, a existência de, pelo menos, duas gerações cederam lugar aos compromissos dos vínculos afetivos [...]”.

O novo núcleo familiar busca construir uma história em comum, não mais arraigada na união formal, mas sim lastreada pela construção de uma comunhão afetiva, com direito a respaldo jurídico.

## **2.2 – Famílias compostas por pares homossexuais**

Assim, não mais se pode negar que as uniões homossexuais são, hoje, reconhecidamente entidades familiares, não só no âmbito social como também no cenário jurídico.

Nesse sentido, Giorgis (*apud* IDEF, 2008, p. 141), assevera:

[...] afastada a possibilidade de emoldurar a união homoerótica como forma de casamento, o que não acha respaldo na doutrina e nos repertórios dos tribunais, toca examiná-la como uma forma de comunidade familiar, aparentada com a união estável, esta também vedada pela prescrição constitucional vigorante (CF, art. 226, §3º).

A equiparação das uniões estáveis à união homossexual por analogia acaba por implicar a atribuição de um regime jurídico normativo destinado originariamente à situação diversa, mas onde a semelhança autorizadora seria a ausência de laços formais e a presença substancial de uma comunidade de vida afetiva e sexual duradoura e permanente entre os companheiros do mesmo sexo, assim como ocorre entre sexos opostos.

Portanto, o reconhecimento jurídico e familiar das uniões homossexuais não depende da existência de uniões estáveis, cuidando-se, pois, mais que uma analogia, uma comunhão de características típicas do conceito de família.



Aliás, a jurisprudência é assente também nesse sentido, conforme se observa pelo julgado abaixo transcrito:

TJRS, Oitava Câmara Cível, APC 598.362.655, Rel: Des. José Siqueira Trindade, J. em 01.03.00. [...] é possível o processamento e o reconhecimento de união estável entre os homossexuais, ante os princípios fundamentais insculpidos na Constituição Federal que vedam qualquer discriminação, inclusive quanto ao sexo, sendo descabida discriminação quanto à união homossexual, e é justamente agora, quando uma onda renovadora se estende pelo mundo, com reflexos acentuados em nosso país, destruindo preconceitos arcaicos, modificando conceitos e impondo a serenidade científica da modernidade no trato das relações humanas, que as posições devem ser marcadas e amadurecidas, para que os avanços não sofram retrocesso e para que as individualidades e as coletividades possam andar seguras na tão almejada busca da felicidade, direito fundamental de todos.

O Superior Tribunal de Justiça (2011), em decisão recente, deixa claro: “De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, o Brasil já registra mais de 60 mil pessoas vivendo com parceiros do mesmo sexo”.

O fato é que o estigma do preconceito não pode ensejar que um fato social não se sujeite a efeitos jurídicos, atentando-se a presente pesquisa para a questão da possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais, o que foi apreciado mais detidamente a seguir.

### **III – A possibilidade de adoção por casais homossexuais**

Frente ao atual sistema jurídico nacional, pode-se afirmar, seguindo as palavras de Silva Júnior (2010, p. 101), “os pontuais avanços na jurisprudência já iniciaram a retirada, das ditas uniões, da marginalidade sócio-político-jurídica”.

Dias (1999, p. 27) vai mais além e considera:

Não há qualquer empecilho em ver-se nos vínculos homossexuais uma sociedade de afeto e não uma sociedade de fato. O reconhecimento da obrigação

alimentar, a concessão de direito sucessório e a possibilidade de adoção precisam estender-se a tais vínculos, que têm o amor como tônica.

De fato, quando se trata da concessão de pedidos de colocação de crianças e de adolescentes em famílias substitutas homossexuais mono parentais através da adoção, embora o assunto ainda crie muitas polêmicas, já há diversas decisões dos Tribunais nesse sentido, desde meados de 90 do século XX.

Tais decisões encontram respaldo tanto na Federal de 1988, em seu art. 226, *caput* e §4º, como no Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art.42, *caput* e art. 43, *caput*.

A Constituição Federal de 1998, no seu art. 227, assim estabelece:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte dos estrangeiros (BRASIL, 1988)

Por seu turno, a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) regulamenta o § 5º do art. 227 da CF, assim dispendo: “Art. 42. Podem adotar os maiores de vinte e um anos, independentemente de estado civil”. Da análise de tais dispositivos resta claro que não há qualquer impedimento para que homossexuais adotem. Além do quê, o art. 43 do referido estatuto consagra que a “adoção poderá ser deferida quando apresentar reais vantagens para o adotante e fundar-se em motivos legítimos”.

Se uma criança sofre maus tratos no seio de sua família biológica, abusos de toda espécie, ou se é abandonada à própria sorte, vivendo nas ruas, sendo usada para o tráfico de drogas, e tantos outros quadros, evidentemente que sua adoção, quer seja por parte de casal heterossexual ou homossexual, por pessoa solteira, desde que priorizada a formação de um lar, onde haja respeito, lealdade e assistência mútuos, a adoção só apresenta vantagens.

Assim, a adoção por casais homossexuais tem sido possível devido à abertura jurisprudencial de reconhecimento da relação homoafetiva como união

estável, mediante aplicação analógica da legislação pertinente e em razão da inequívoca similitude fático-jurídica entre os dois institutos.

Tal possibilidade vem ao encontro de anseios de conviventes homossexuais que vivem juntos de modo estável e também em benefício social e em prol da ampla segurança jurídica das crianças e adolescentes, qual seja o deferimento do pedido de adoção a dois ou duas conviventes do mesmo sexo, que formem um ambiente familiar sólido e equilibrado para criação e educação de serem humanos ainda em fase de formação.

Dessa forma, concluindo o juiz ou Tribunal pela estabilidade da união e sendo o pedido orientado por pareceres técnicos de equipe multidisciplinar, não há vedação no ordenamento jurídico que obste o deferimento do pedido de adoção por pares homossexuais.

Diante da vedação constitucional de discriminação de qualquer natureza e em razão de sexo, da qual se extrai a proibição ao preconceito com base na orientação sexual, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil não vedam a colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas biparentais homossexuais.

Ambos os diplomas jurídicos deixam claro que o legislador determina apenas que, para adoção conjunta, os adotantes devam ser casados ou conviverem em união estável, o que fica perfeitamente identificado nos artigos a seguir transcritos:

ECA. Art. 42. § 2º: Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família. (redação conferida pela Lei 12.010/09).

CC. Art. 1622, *caput*: Ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher, ou se vierem em união estável (BRASIL, 1990).

Pelos textos jurídicos acima mencionados, é possível perceber que diante da atual inexistência de lei federal regulamentadora dos efeitos das uniões homossexuais no Brasil, os magistrados deverão continuar se valendo da analogia como instrumento de integração legislativa, ou seja, Código de Processo Civil, art. 5º, da Lei de Introdução ao Código Civil em vigor e art. 126 do Código Civil, o que conduz à inevitável aplicação da legislação da união estável aos pleitos de pares do mesmo sexo, atribuindo aos mesmos o plexo de direitos familiares assegurados aos heterossexuais que vivem em união estável, inclusive para efeito de adoção em conjunto de crianças e adolescentes.

De acordo com Silva Júnior (2010, p. 114), “o requisito mais relevante é que a colocação em família substituta somente seja deferida havendo reais vantagens para o adotando e que seja fundada em motivos legítimos”.

No Brasil, a primeira abertura do Poder Judiciário para reconhecimento de adoção dessa natureza, de acordo com Silva Júnior (2010, p. 163),

deu-se na cidade de Catanduva/SP, quando o magistrado, Dr. Júlio César Spoladore Domingos, aceitou que dois homens (que já conviviam, há mais de dez anos, em união estável afetiva), entrassem para a fila de espera de pais adotivos em 2004 (sendo que desde 1998, quando o pedido havia sido negado, ambos tentavam se inserir no referido grupo de espera). Tanto este timoneiro juiz quanto o representante do Ministério Público, dentre outros fundamentos para a aceitação do casal com pretendente, orientaram-se pela Resolução nº 1/99 do Conselho Federal de Psicologia que, estabelecendo normas de atuação para os (as) psicólogos (as) em relação à orientação sexual, veda qualquer tipo de tratamento discriminatório com relação à homossexualidade [...].

Há que se considerar a única exigência realmente feita aos pares homossexuais há de ser a de que atendam às mesmas exigências e determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente e Código Civil quanto às formalidades do processo de adoção, as quais terão também de respeitar os casais heterossexuais que desejarem adotar.

### **3.1 – As dificuldades psicossociais identificadas no processo de adoção por homossexuais**

Diante das polêmicas que o assunto desperta, superada a questão da possibilidade jurídica de adoção por pares homossexuais, o que se mostra perfeitamente possível frente os Tribunais pátrios, resta outra barreira a ser transposta, qual seja, as dificuldades sociais e psicológicas que essa forma de adoção irá despertar no meio que cerca os adotantes e, principalmente, o próprio adotado.

Entre os argumentos dos que se opõem à adoção de crianças por pares homossexuais está a posição de especialistas ligados à área da psiquiatria e da psicanálise, os quais alertam para o perigo da identificação das crianças com o modelo dos pais, o que as levaria, por lealdade afetiva, a se tornarem

também homossexuais. Na verdade, nem mesmo a ciência sabe o que determina a preferência sexual de uma pessoa. Existem, sim, problemas a serem enfrentados quando se fala em adoção, não só por casais homossexuais, mas também casais heterossexuais. Antes de adotar, é preciso que o casal busque qualidade e estabilidade da relação conjugal e somente depois pensem em ter um filho.

Quando a adoção é feita por casais homossexuais, além do fator acima exposto, a grande preocupação que é levantada por profissionais da psicologia e psicanálise é com relação ao enfrentamento de dificuldades e preconceitos, se de fato o casal homossexual estará preparado para lidar cotidianamente com as diferentes manifestações preconceituosas e questionamentos que surgirão no seio social em que estão inseridos.

Seguindo a lista de dificuldades identificadas quando se fala em processo de adoção por homossexuais, Farias e Maia (2009, p. 140) observam que

existe uma preocupação em relação a como o requerente irá se comportar com a criança, ou seja, que tipo de papel ele pretende desempenhar (papel parental, papel de avô, etc...) de modo a avaliar as diferentes maneiras de criar e amar a criança que pode tanto auxiliá-la em seu desenvolvimento psicossocial, como prejudicial.

A grande verdade é que a questão suscitada é complexa, justamente por envolver a vida de um ser em desenvolvimento e, conseqüentemente, a qualidade futura da relação parental que será instaurada e a qualidade de vida que será submetido o adotado.

### **3.2 – O desenvolvimento das crianças criadas por casais homossexuais**

A maior situação problema em casos de concessão de adoção por homossexuais pode estar adstrita às possíveis dificuldades que tal adoção pode acarretar ao desenvolvimento da criança.

Nesse particular aspecto, Farias e Maia (2009, p. 219) afirmam que

enquanto algumas crianças podem se sentir confusas por serem criadas de modos diferentes de seus pares, outras podem se sentir mais livres e independentes da rigidez das normas sociais, ou seja, percebem que existe mais de uma maneira de viver experiências, o que impulsiona as crianças a questionarem as expectativas da sociedade e a fazer o que lhes traz bem-estar e felicidade.

A grande verdade é que o desenvolvimento saudável de uma criança ou adolescente será verificado pela funcionalidade da família em que está sendo inserida, não pela própria estrutura familiar desta.

O que se busca com a adoção é, e deve ser sempre, o bem-estar da criança, conforme prevê o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. O que deve ser levado em conta no desenvolvimento das crianças e ou adolescentes adotados por pares homossexuais é apenas o fato de estarem aptos ou não a exercer os papéis materno e paterno visando propiciar pleno desenvolvimento ao adotado.

O Supremo Tribunal Federal já deu sinais de sintonia com essa clara perspectiva de interpretação, que confere a máxima efetividade ao §3º do art. 226 da Constituição Federal de 1988 e dos demais dispositivos relacionados, via analogia, ser consideradas uniões estáveis e, pois, entidades familiares dignas da mesma proteção jurídica.

#### **IV – Conclusão**

No mundo contemporâneo, percebe-se que a família é uma instituição em velada transformação. Até muito recentemente, a família era entendida como a união entre homem e mulher, por meio do casamento, com o objetivo de constituir uma prole e educar os filhos.

No entanto, na esteira dos avanços jurídico-científicos em torno da homossexualidade e das uniões homoafetivas, negar a possibilidade, ou ao menos a viabilidade, de ser deferido pedido de adoção a dois ou duas conviventes do mesmo sexo, de uma criança e/ou adolescente seria, no mínimo, uma hipocrisia.

Uma vez atendidas todas as exigências legais e que os companheiros ou companheiras se relacionem evidenciando aptidões para a maternidade/paternidade, bem como estabilidade emocional, econômica e afetiva, a negativa na concessão de um pedido de adoção por pares homossexuais representaria, por certo, preconceito ou, no mínimo, falta de informações e esclarecimentos adequados sobre a questão que, embora ainda seja polêmica e levante muitas discussões, vai de encontro ao primado da dignidade da pessoa humana, na interpretação da Constituição Federal de 1988,

A omissão do legislador constitucional ao tratar sobre a família no art. 226 e desdobramentos, não proíbe as relações homoafetivas, e muito menos a adoção de crianças ou adolescentes por casais homossexuais. Caso contrário, seria acertado afirmar que a entidade familiar homoafetiva esta despida de tutela jurídica.

Sustentar a impossibilidade jurídica do pedido de adoção formulado por um casal homossexual, na perspectiva do ordenamento jurídico pátrio é

desconsiderar o poder jurisdicional de o magistrado realizar uma interpretação eficaz, sintonizada com a realidade fática, através de recursos analógicos e contextualizar a legislação pátria com aberturas doutrinárias e jurisprudenciais progressivas em Direito de Família.

## Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 8. ed. São Paulo: RT, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1990.

\_\_\_\_\_. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**. Organização dos textos, remissivos e índices por Antônio Luiz de Toledo Pinto et al. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DIAS, Maria Berenice. **União homossexual: o preconceito e a Justiça**. Livraria do Advogado: Porto Alegre, 1999.

FARIAS, Mariana de Oliveira; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Adoção por homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica**. Curitiba: Juruá, 2009.

IDEF – Instituto Interdisciplinar de Direito de Família. **Homossexualidade: discussões jurídicas e psicológicas**. 8. tir. Curitiba: Juruá, 2008.

MASCHIO, Jane Justina. A adoção por casais homossexuais. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 7, n. 55, 1 mar. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2764>>. Acesso em: 18 jul. 2011.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus **A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. **Cidadão mostra o reconhecimento de direitos e as garantias dadas a casais do mesmo sexo**. 06/06/2011. Disponível em: <[http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=44&tmp.edt.argumento=homossexual&tmp.ano=&tmp.mes](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=44&tmp.edt.argumento=homossexual&tmp.ano=&tmp.mes)> Acesso em: 30 set. 2011.